

J.16 – OFÍCIOS “S” (OFS)

Pendentes no início da Sessão Legislativa	51
Recebidos	61

Aprovados pelo Plenário	25
Transformados em Projeto de Resolução do Senado	5
Total Aprovados	30
À Publicação	1
Conhecidos	28
Prejudicados	7

Pendentes no final da Sessão Legislativa	46
---	-----------

OFÍCIOS “S” POR NATUREZA	Tramitaram em 2011		
	De anos anteriores	De 2011	Total
Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	0	11	11
Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	0	14	14
Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	0	14	14
Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	4	0	4
Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	1	1	2
Relatório de atividades das Agências Nacionais	0	1	1
Relatório, recomendação, documentação	19	9	28
Suspensão de execução de lei inconstitucional	20	5	25
Voto do Presidente do Senado Federal como membro do Conselho de Defesa Nacional	1	0	1
Matérias não classificadas	6	6	12
Total	51	61	112

Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	11
Conhecidos	0
Pendentes no final da Sessão Legislativa	11

Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	14
Aprovados pelo Plenário	12
Prejudicados	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1

Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	14
Aprovados pelo Plenário	12
Prejudicados	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1

Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	4
Conhecidos	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	3

Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	2
Conhecidos	2
Pendentes no final da Sessão Legislativa	0

Relatório de atividades das Agências Nacionais	1
Conhecidos	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	0
Relatório, recomendação, documentação	28
Conhecidos	13
Pendentes no final da Sessão Legislativa	15
Suspensão de execução de lei inconstitucional	25
Transformados em Projeto de Resolução do Senado	5
Conhecidos	9
Prejudicados	5
Pendentes no final da Sessão Legislativa	6
Voto do Presidente do Senado Federal como membro do Conselho de Defesa Nacional	1
Transformado em voto	0
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1
Matérias não classificadas	12
À Publicação	1
Conhecidos	2
Aprovados pelo Plenário	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	8

J.16.1 - Ofícios "S" (OFS) de anos anteriores

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
7/1983	13/1983	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido por aquele Tribunal nos autos do Recurso Extraordinário 97250-1, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da expressão 'maçã e', constante da alínea 'e' do inciso XV, do artigo quinto, do regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto 5410, de 30 de dezembro de 1974, do Estado de São Paulo, na redação dada pelo artigo primeiro, inciso I, do Decreto 14737, de 15 de fevereiro de 1980, do mesmo Estado.	Tramitando
59/1990	149/1990	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando resultado da sessão plenária, realizada dia 21 de novembro de 1990, em que aquela Corte julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade número 41-1.	Tramitando
31/1997	22/1997	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	"Encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 183119-7/210, que declarou a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da expressão "'correspondente ao período-base de 1989'", com relação ao inciso II do art. 1º da Lei nº 7.988, de 1989."	Tramitando
22/1998	55/1998	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II, da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando
13/1999	37/1999	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8.1.91, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 7º da referida Lei.	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
9/2000	153/2000	Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando cópia de propositura e sugerindo estudos no sentido de formalizar legislação apta a regulamentar a existência de loteamentos fechados no âmbito nacional.	Tramitando
51/2000	291/2000	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco	Relatório, recomendação, documentação	"Encaminhando informações sobre as providências adotadas pelo Ministério Público desse Estado em face das conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 ("CPI dos Títulos Públicos")."	Tramitando
7/2001	5202/2001	Banco Central do Brasil	-	Colocando-se à disposição do Senado Federal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, para prestar os esclarecimentos necessários, em data considerada oportuna por essa Casa, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.	Tramitando
9/2003	116/2003	Presidente do Supremo Tribunal Federal	-	Solicitando a tomada de providências no âmbito da segurança pública, visando o combate à criminalidade.	Tramitando
8/2004	88/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 197917, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 6º da Lei Orgânica nº 226, de 31 de março de 1990, do Município de Mira Estrela, Estado de São Paulo (fixa o número de vereadores do Município).	Conhecido Ao arquivo
10/2004	96/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 266994, que declarou a inconstitucionalidade da Emenda nº 1/95 à Lei Orgânica do Município de Teodoro Sampaio/SP (fixa o número de vereadores).	Conhecido Ao arquivo
11/2004	97/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 273844, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Alto Alegre/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Conhecido Ao arquivo
12/2004	99/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 276546, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 10 da Lei Orgânica do Município de Palmeira D'Oeste/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Conhecido Ao arquivo
13/2004	98/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 282606, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Glicério/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Conhecido Ao arquivo
14/2004	95/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 274384, que declarou a inconstitucionalidade do art. 14 da Lei Orgânica do Município de Guararapes/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Conhecido Ao arquivo
15/2004	106/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 199522, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Pontes Gestal, Estado de São Paulo (fixa o número de Vereadores).	Conhecido Ao arquivo

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
16/2004	107/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 300343, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 25 de fevereiro de 1992 (fixa o número de Vereadores).	Conhecido Ao arquivo
27/2004	145/2004	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando cópia da legislação, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 274048, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Ibitinga/SP, de 5 de abril de 1990, e do art. 9º da Lei Orgânica do Município de Tabatinga/SP, de 3 de abril de 1990 (fixa o número de vereadores).	Conhecido Ao arquivo
5/2005	105/2004	Conselho de Comunicação Social	-	Encaminhando a Recomendação nº 1, de 2004, daquele Conselho, que relata problemas identificados na constituição de empresas, no mercado e na regulamentação do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura por Satélite (DHT).	Tramitando
2/2006	21/2006	Presidente da Câmara dos Deputados	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste (CPI - Extermínio no Nordeste).	Tramitando
8/2006	-	Sr. Perly Cipriano	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.	Tramitando
11/2006	71/2006	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Prejudicado em 20/12/2011 Ao arquivo
12/2006	72/2006	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 357950, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Prejudicado em 20/12/2011 Ao arquivo
13/2006	73/2006	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 390840, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Prejudicado em 20/12/2011 Ao arquivo
16/2006	87/2006	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminhando ao Senado Federal, para os efeitos ao art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 346084, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Prejudicado em 20/12/2011 Ao arquivo
1/2007	408/2007	Senhor Tarso Genro	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil que acolheu proposta no sentido da atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.	Conhecido Ao arquivo

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
37/2007	18/2007	Governo do Estado do Paraná	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando, para conhecimento, documentação relativa ao pleito daquele Estado junto à União - Ministério da Fazenda - PGFN, e da Declaração de Apoio firmado pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.	Tramitando
38/2007	238/2007	Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando Proposta de Reforma Tributária elaborada por aquela entidade.	Conhecido Ao arquivo
43/2007	526/2007	Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Voto do Presidente do Senado Federal como membro do Conselho de Defesa Nacional	Solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macaúã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, Estado do Acre.	Tramitando
7/2008	270/2008	Procurador-Geral da República	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal recomendação relativa aos atos de outorga de serviços de radiodifusão concedidos pelo Ministério das Comunicações à empresa FH Comunicação e Participação Ltda, na cidade de Panorama, Estado de São Paulo.	Conhecido Ao arquivo
13/2008	117/2008	Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas do Estado de Rondônia.	Tramitando
17/2008	6/2008	Governador do Estado de Rondônia	Relatório, recomendação, documentação	Relatando os efeitos da Guerra fiscal entre os Estados e seu uso político contra o Estado de Rondônia.	Tramitando
18/2008	289/2008	Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.	Tramitando
22/2008	400/2008	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Denúncia de violação de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas.	Conhecido Ao arquivo
2/2009	490/2008	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Encaminhando o Ofício nº 93, de 2008, do Ministério Público do Estado do Piauí, contendo documentação supostamente comprobatória de casos de tortura de presos na cidade de Picos-PI.	Tramitando
8/2009	-	Corregedor do Senado Federal	-	"Reportando providências da Corregedoria do Senado Federal referentes a notícias publicadas sobre a "Operação Castelo de Areia" da Polícia Federal."	Tramitando
10/2009	215/2009	Ministério do Meio Ambiente	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando ao Senado Federal, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas - 2008.	Conhecido Ao arquivo
14/2009	495/2009	Procurador-Geral da República	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando ao Senado Federal expediente da Subprocuradora-Geral da República.	Tramitando
51/2009	180/2009	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando ao Senado Federal o Relatório de Inspeção Prisional realizada no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo. (Volume - II) (2ª Atuação - CDH)	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
52/2009	1189/2008	Presidente Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando Moção nº 62, de 2007, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para que se promovam estudos visando a alterar a legislação vigente sobre direitos autorais.	Tramitando
53/2009	-	Presidente do Senado Federal	-	Para eleição dos Membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	Tramitando
54/2009	-	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Encaminhando, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentação do Sr. José Carlos Barbosa em que solicita providências para o efetivo cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, exarada por Tribunal competente, em face da Caixa Seguradora S/A.	Tramitando
55/2009	-	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Encaminhando ao Senado Federal, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentos que denunciam a violação de direitos indígenas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e dos Direitos Humanos na Alemanha.	Tramitando
6/2010	-	Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	-	Comunicando o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2009, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	Tramitando
17/2010	245/2010	Prefeitura Municipal de São Carlos - SP	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Município de São Carlos, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, referente ao processo de contratação de parceria público-privada para a execução de serviços de limpeza urbana e atividades correlatas, na modalidade de concessão administrativa.	Conhecido Ao arquivo
20/2010	98/2010	Ministério da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, referente ao exercício de 2009.	Conhecido Ao arquivo
21/2010	78/2010	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal, o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício 2009, sobre atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	Tramitando
22/2010	118/2010	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 405.031, de 2008, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 190 a 193 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.	Transformado no PRS 62/2011
23/2010	119/2010	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 527.602, de 2009, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.	Prejudicado em 20/12/2011 Ao arquivo
24/2010	319/2010	Tribunal de Contas da União	Relatório, recomendação, documentação	Comunica o recebimento do Relatório de Auditoria do Acórdão nº 2.297 de 2010 e Ata nº 33/201, em meio magnético.	Conhecido Ao arquivo

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
25/2010	38716/2010	Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União	Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	Informa que estão disponibilizados, em endereço na internet, os relatórios de fiscalização da 32ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	Conhecido Ao arquivo

J.16.2 - Ofícios "S" (OFS) de 2011

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
1/2011	42.177/2010	Ministro de Estado do Controle e da Transparência	Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	Informa que estão disponibilizados, em endereço na internet, os relatórios de fiscalização da 33ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, bem como o relatório efetivo do município de Curralinho/PA - 32ª Etapa, cujo prazo de execução dos trabalhos havia sido prorrogado.	04/02/2011	Conhecido Ao arquivo
2/2011	99/2010	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Relatório, recomendação, documentação	Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	04/02/2011	Tramitando
3/2011	163/2010	Governo do Estado de Minas Gerais	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes a parcerias público-privadas realizadas e a realizar pelo Governo de Minas Gerais.	07/02/2011	Conhecido Ao arquivo
4/2011	34/2011	Ministério da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010.	17/02/2011	Conhecido Ao arquivo
5/2011	33/2011	Ministério da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2011.	17/02/2011	Conhecido Ao arquivo
6/2011	12/2011	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 97.256, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da expressão: vedada a conversão em penas restritivas de direitos, constante do § 4º do artigo 33, e da expressão: vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos, constante do artigo 44, da Lei nº 11.343, de 2006 (impossibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos para os casos de tráfico de drogas).	01/03/2011	Transformado no PRS 63/2011
7/2011	-	Jornal Cidade de Rio Claro LTDA	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.	01/03/2011	Tramitando
8/2011	16/2011	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052, de 1983.	15/03/2011	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
9/2011	2.097/2011	Governo do Estado do Ceará	-	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o processo de contratação da Parceria Público Privada para a reforma do Estádio Castelão, na cidade de Fortaleza, com informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.	18/03/2011	Conhecido Ao arquivo
10/2011	-	Presidente do Senado Federal	-	Eleição dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para o biênio 2011/2012.	25/03/2011	À publicação
11/2011	29/2011	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 317.574, de 2010, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Betim, Estado de Minas Gerais.	30/03/2011	Transformado no PRS 59/2011
12/2011	01/2011	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	-	Encaminha ao Senado Federal dados extraídos do Edital Publicado (Concorrência Pública Internacional 001/2010), referentes ao processo licitatório que visa à construção e operação do Estádio Novo Machado/ Arena das Dunas, com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.	20/04/2011	Conhecido Ao arquivo
13/2011	161/2011	Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha o Relatório de Gestão de Florestas Públicas 2010, em observância ao disposto no § 3º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006.	28/04/2011	Conhecido Ao arquivo
14/2011	-	Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Relatório de atividades das Agências Nacionais	Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Prestação de Contas Anual de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em meio eletrônico.	04/05/2011	Conhecido Ao arquivo
15/2011	57/2011	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, inscrito na OAB/Santa Catarina sob n. 3561, para composição do Conselho Nacional de Justiça.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
16/2011	57/2011	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
17/2011	384/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
18/2011	725/2011	Tribunal Superior do Trabalho	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição da República, o nome do Senhor Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
19/2011	725/2011	Tribunal Superior do Trabalho	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do inciso VIII do artigo 103-B, da Constituição Federal, a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
20/2011	725/2011	Tribunal Superior do Trabalho	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
21/2011	-	Liderança Partidária	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça.	17/05/2011	Prejudicado em 28/06/2011 Ao arquivo
22/2011	-	Liderança Partidária	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
23/2011	58/2011	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, a indicação do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, inscrito na OAB/Mato Grosso sob o nº 3.498-B, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
24/2011	58/2011	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005 a indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
25/2011	491/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, II, da Constituição Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
26/2011	491/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do inciso II do artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
27/2011	491/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, TITO SOUZA DO AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 24/05/2011
28/2011	491/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, III, da Constituição Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
29/2011	491/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos dos incisos III do artigo 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
30/2011	384/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, a indicação do nome do Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011-2013.	17/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 24/05/2011

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
31/2011	384/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	18/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
32/2011	166/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.	25/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
33/2011	166/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete a indicação do Juiz JOSÉ GUILHERME VASI WERNER para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.	25/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
34/2011	167/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Submete, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução da Juíza TAÍS SCHILLING FERRAZ, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul - Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público - Biênio 2011/2013.	25/05/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
35/2011	1/2001	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010.	01/06/2011	Conhecido Ao arquivo
36/2011	292/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.	07/06/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 09/08/2011
37/2011	292/2011	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.	07/06/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 28/06/2011
38/2011	175/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S/A., para a Rádio Catedral de Sorocaba Ltda. explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Votorantim, Estado de São Paulo.	01/08/2011	Tramitando
39/2011	176/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Rádio Sociedade Cruz de Malta Ltda., para a B.F.L.S Comunicações Ltda. explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.	01/08/2011	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
40/2011	177/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Fundação Mater ET Magistra de Londrina, para a Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas tropicais no município de Londrina, Estado do Paraná.	01/08/2011	Tramitando
41/2011	178/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora Duque de Caxias Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.	01/08/2011	Tramitando
42/2011	179/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Massapê, Estado do Ceará.	01/08/2011	Tramitando
43/2011	180/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 26 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Diário Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Fortaleza, Estado do Ceará.	01/08/2011	Tramitando
44/2011	181/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Valinhos, Estado de São Paulo.	01/08/2011	Tramitando
45/2011	182/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais, no município de Campinas, Estado de São Paulo.	01/08/2011	Tramitando
46/2011	183/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Comunica que a Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003, que outorgava permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, referendada pelo Decreto Legislativo nº 290, de 2009, foi anulada por meio da Portaria nº 903, de 6 de outubro de 2010, de conformidade com a Exposição de Motivos nº 833, de 9 de novembro de 2010, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.	01/08/2011	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
47/2011	184/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	Submete à apreciação do ato constante da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, o qual revoga a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.	01/08/2011	Tramitando
48/2011	-	Prefeitura Municipal de Caucaia - (CE)	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), informações relativas ao cumprimento, pela Prefeitura Municipal de Caucaia - (CE), dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.	04/08/2011	Conhecido Ao arquivo
49/2011	367/2011	Ministro de Estado da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO/ exercício 2010.	10/08/2011	Tramitando
50/2011	-	SENADOR - Flexa Ribeiro	-	Informa a realização, pelo Parlamento Latino-Americano, na Cidade de Oranjestad, Aruba, de reuniões das seguintes comissões: Comissão de Equidade de Gênero, Infância e Juventude; Comissão de Assuntos Trabalhistas, Previsão Social e Assuntos Jurídicos; Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; e Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional, nos dias 22 e 23 de setembro de 2011.	15/08/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 20/09/2011
51/2011	20.498/2011	Secretário Gov. Mun. São Bernardo do Campo (SP)	Relatório, recomendação, documentação	Encaminhando, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao segundo trimestre de 2011.	17/08/2011	Tramitando
52/2011	117/2011	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	"Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no processo RE nº 588.149, publicado no Diário da Justiça de 6 de junho de 2011, mediante o qual o Plenário da Suprema Corte, por maioria, conheceu o recurso, e no mérito, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao extraordinário para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "e a seguradora" do antigo item 4 do § 1º do artigo 7º da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo."	19/08/2011	Transformado no PRS 60/2011
53/2011	124/2011	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 28.141, publicado no Diário da Justiça de 1º de julho de 2011, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, denegou a segurança e declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da alteração promovida na Tabela D da Lei nº 7.603/2001, pela Lei nº 8.943/2008, que institui contribuição para a Associação Matogrossense dos Defensores Públicos - AMDEP.	25/08/2011	Transformado no PRS 61/2011

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Leitura / Data	Situação
54/2011	-	Liderança Partidária	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	30/08/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 08/11/2011
55/2011	-	Liderança Partidária	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor JOSÉ BARROSO FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	30/08/2011	Prejudicado em 08/11/2011 Ao arquivo
56/2011	-	Liderança Partidária	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor EDVALDO FERNANDES DA SILVA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	30/08/2011	Tramitando
57/2011	22/2011	CN - Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	-	Solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna - Suíça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.	09/09/2011	Tramitando
58/2011	1.284/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Indica a Senhora CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal.	06/10/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 08/11/2011
59/2011	1.417/2011	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República MÁRIO LUIZ BONSAGLIA, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	19/10/2011	Aprovado pelo Plenário Sessão: 08/11/2011
60/2011	-	Senador Flexa Ribeiro	-	Informa a realização, pelo Parlamento Latino-Americano, na Cidade do Panamá - Panamá, de reuniões das seguintes comissões: Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação; Comissão de Saúde; Comissão de Direitos Humanos, Justiça e Políticas Carcerárias (Subcomissões de denúncias e Políticas Carcerárias); Comissão de Serviços Públicos, Defesa do Usuário e do Consumidor e a Comissão de Meio Ambiente e Turismo; Comissão de Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, ao Terrorismo e ao Crime Organizado, nos dias 28 de novembro a 02 de dezembro de 2011.	23/11/2011	Tramitando
61/2011	2.151/2011	Presidente da Câmara dos Deputados	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	20/12/2011	Tramitando